SUMÁRIO

TREFREIO N. T. EDIÇNO	7.1	
PREFÁCIO À 6.ª EDIÇÃO	19	
PREFÁCIO À 5.ª EDIÇÃO	21	
PREFÁCIO À 4.ª EDIÇÃO	23	
PREFÁCIO À 3.ª EDIÇÃO	25	
PREFÁCIO À 2.ª EDIÇÃO	27	
PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO	29	
APRESENTAÇÃO À 5.ª EDIÇÃO – Demóstenes Miguelino Braga	31	
APRESENTAÇÃO À 3.ª EDIÇÃO – Demóstenes Miguelino Braga	33	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DA LEI 8.245, DE 18.10.1991	57	
LISTA DE ABREVIATURAS	59	
COMENTÁRIOS À LEI 8.245/1991		
TÍTULOI		

DA LOCAÇÃO Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS Seção I

Da locação em geral

Art. 1.°

1.	Contrato de locação	63
2.	Locação – Disciplina legal e significação da palavra	64
3.	Locação de prédios urbanos e rústicos	65



DDEEÁCIO À 7ª EDICÃO

LOCAÇÃO E DESPEIO

	LOCAÇÃO E DESPEJO	36
5.	Vagas em estacionamentos	67
6.	Espaços para publicidade	68
7.	Flat services e apart-hotéis	68
8.	Arrendamento mercantil	69
Casu	ústica	70
	Art. 2.°	
9.	Solidariedade no contrato de locação	75
10.	Solidariedade no caso de habitações coletivas	79
Casu	ıística	80
	Art. 3.°	
11.	Prazo do contrato de locação	82
12.	Prazo do contrato de locação e a Lei 10.931/2004	84
Cası	uística	84
	Art. 4.°	
13	Retomada ou devolução do imóvel antes do prazo	85
14.	Não previsão de multa – Fixação pelo juiz	86
15.	Recebimento das chaves e exigência de multa	87
16.	Empregado transferido – Isenção da multa	88
Cası	ıística	89
	Art. 5.°	
17.	Despejo – Única ação para reaver o bem	92
18.	Desapropriação	93
Cası	ıística	96
	Art. 6.°	
10	Devolução do imóvel pelo inquilino	98
19.	uística	98
Casi		
Art. 7.°		
20.	Usufruto – Extinção	100

BDJur http://bdjur.stj.gov.br

21.	Nu-proprietário e fideicomissário – Ilegitimidade	102
Casu	ística	103
	Art. 8.°	
22.	Venda do imóvel locado	105
23.	Notificação a ser feita pelo adquirente	107
24.	Notificação feita pelo adquirente – Ineficácia	108
25.	Adquirente de imóvel residencial ou comercial	108
26.	Denunciação da lide contra o vendedor do imóvel locado	108
27.	Denunciação da lide contra ex-locatários	109
	ística	110
	Art. 9.°	
20		115
28. 29.	Término da locação por acordo	115 116
29. 30.	Infração legal e contratual	118
31.	Falta de pagamento de aluguéis e encargos	118
	ística	119
Casa		117
	Art. 10	
32.	Morte do locador	122
Casu	ística	123
	Art. 11	
33.	Morte do locatário – Prédio residencial	126
34.	Morte do locatário – Prédio não residencial	128
Casu	ística	128
	Art. 12	
35.	Locatário que se separa – Continuidade da locação	130
	ística	133
Casu	isitea	133
	Art. 13	
36.	Cessão da locação, sublocação e empréstimo do imóvel	138
¥5	BDJur http://bdjursij.gov.br	

38

LOCAÇÃO E DESPEJO	38
37. Oposição do locador à cessão, à sublocação e ao empréstimo	138
38. Casos que não configuram cessão, sublocação ou empréstimo	139
Casuística	141
Seção II	
Das sublocações	
Art. 14	
39. Sublocação – Classificação e disciplina	144
Casuística	144
Art. 15	
40. Extinção da sublocação com o término da locação	145
Casuística	147
Art. 16	
41. Sublocatário – Responsabilidade subsidiária	147
Casuística	149
Seção III	
Do aluguel	
Art. 17	
42. Aluguel – Liberdade na sua fixação	150
43. Aluguel – Locação residencial	151
44. Aluguel – Desconto ou prêmio por pontualidade	155
45. Aluguel – Reajuste havendo desconto por pontualidade	157
46. Aluguel – Reajuste não aplicado	157
Casuística	158
Art. 18	
47. Aluguel – Acordo para fixação de novo valor	160
Art. 19	
48. Aluguel – Revisão do seu valor	161
BDJur http://doi.urst.gov.br	
http://bojursit.gov.br	

49.	Aluguel – Contagem do prazo de três anos para a revisão do seu valor	162
50.	Aluguel – Caso especial de revisão de seu valor	163
Casu	uística	164
	Art. 20	
51.	Aluguel – Cobrança antecipada	172
	Art. 21	
52.	Aluguel da sublocação – Limites	174
	S eç ão IV	
	Dos deveres do locador e do locatário	
	Art. 22	
53.	Locador – Obrigação na entrega do imóvel	176
54.	Locador – Obrigação de assegurar o uso da coisa locada	178
55.	Locador – Obrigação de manter a forma e a destinação do bem	179
56.	Locador – Obrigação de dar recibo	179
57.	Locador – Obrigação de pagar a chamada taxa de contrato	179
58.	Locador – Obrigação de pagar impostos, taxas e seguro complementar	180
59.	Locador – Obrigação de exibir comprovantes de despesas, se exigíveis do inquilino	181
60.	Locador – Não responsabilidade por multas impostas ao locatário, em razão da atividade comercial deste	183
Casu	ústica	184
	Art. 23	
61.	Locatário – Obrigação de pagar o aluguel e encargos	
62.	Locatário – Obrigação de cuidar do imóvel	190
63.	Locatário – Obrigação de devolver a coisa em bom estado	191
64.	Locatário – Obrigação de comunicar ao locador eventuais turbações	102
<i>~</i> ~	à posse	192
65.	Locatário – Obrigação de avisar o locador sobre danos ou de promover o reparo dos que lhe competem	192

66.	Locatário – Obrigação de não modificar o prédio	193
67.	Locatário – Obrigação de entregar ao locador intimações e papéis referentes ao imóvel	193
68.	Locatário – Obrigação de pagar determinadas despesas	194
69.	Locatário – Obrigação de permitir a vistoria do imóvel	194
70.	Locatário – Obrigação de pagar o seguro-fiança	195
71.	Locatário – Obrigação de cumprir convenção e regulamentos condominiais	196
72.	Locatário – Obrigação de pagar as despesas condominiais ordinárias	197
73.	Locatário – Obrigação de pagar saldos devedores de despesas condominiais ordinárias	197
74.	Locatário – Obrigação de pagar despesas ordinárias se houver com- provação	198
75.	Locatário – Obrigações não adimplidas – Consequências	199
Cası	uística	200
	Art. 24	
76.	Habitações coletivas – Caso de depósito judicial do aluguel	203
	Art. 25	
77.	Encargos locatícios exigíveis juntamente com o aluguel	205
Cası	ıística	206
	Art. 26	
70		206
78.	Locatário – Obrigação de permitir reparos urgentes	206
Cast	ıística	207
	Seção V	
	Do direito de preferência	
Art. 27		
79.	Direito de preferência à aquisição do imóvel locado	208

208

80. 81.	Direito de preferência – Decadência	209 211
	A + 20	
02	Art. 29	212
82.	Direito de preferência – Desistência do negócio por parte do locador	212
	Art. 30	
83.	Direito de preferência do sublocatário	213
84.	Direito de preferência – Vários sublocatários	213
	Art. 31	
85.	Direito de preferência sobre a totalidade de vários imóveis	214
	Art. 32	
86.	Preferência – Casos em que não existe esse direito	216
Casu	ústica	220
	Art. 33	
87.	Direito de preferência – Desrespeito – Ação de perdas e danos	221
88.	Direito de preferência – Desrespeito – Ação de adjudicação	222
89.	Direito de preferência – Indenização no caso da venda de vários	_
0	imóveis	223
Casu	ıística	223
	Art. 34	
90.	Direito de preferência – Primazia do condômino	227
	Seção VI	
	Das benfeitorias	
	Art. 35	
91.	Benfeitorias necessárias e úteis – Indenização	228
92.	Benfeitorias e acessões – Diferenças	230
Casu	ústica	231

93.	Benleitorias voluptuárias não comportam indenização	236
	Seção VII	
	Das garantias locatícias	
	Art. 37	
0.4		227
94.	Garantias para as obrigações locatícias – Modalidades	237
95.	Garantia nula se o contrato é nulo	242
96.	Garantias – Nulidade de uma delas	242
Cast	ıística	244
	Art. 38	
97.	Garantia – Caução	245
Casu	uística	247
	Art. 39	
00		240
98.	Garantias até a entrega das chaves.	248
99.	Responsabilidade do fiador havendo revisão do aluguel	252
Cast	ústica	252
	Art. 40	
100.	Garantia – Substituição por morte, incapacidade ou insolvência do	
	fiador	257
101.	Garantia – Substituição pelo esvaziamento do patrimônio do fia-	
	dor	259
	Exoneração do fiador	259
	Fiador – Validade da renúncia ao direito de exoneração	260
	Fiador – A partir de quando se dá a sua exoneração	261
105.	Fiador por tempo certo – Sua substituição	264
106.	Fiador de pessoa jurídica – Possibilidade de exonerar-se	264
107.	Caução de móveis – Desaparecimento – Substituição da garantia	266
108.	Desapropriação ou venda do bem do fiador	266
109.	Locatário que deixa o lar conjugal – Subsistência da fiança	266
Casu	uística	268
BDJur http://bdjur.zij.gov.br		

270

290

110. Seguro de fiança.....

	Casuística	271
	Art. 42	
	111. Garantia – Ausência – Pagamento antecipado do aluguel	272
	Seção VIII Das penalidades criminais e civis	
	Art. 43	
	112. Penalidades – Contravenção penal – Casos	273
	Casuística	274
	Art. 44	
	113. Penalidades – Crimes de ação pública – Casos	275
	114. Penalidade civil – Multa – Desvio de uso de imóvel retomado	276
	115. Multa por desvio de uso – Procedimento para sua cobrança	277
	116. Multa – Não exigibilidade – Desocupação do imóvel em face de mera notificação	279
	117. Multa – Não exigibilidade – Desocupação do imóvel por acordo	280
	118. Multa – Não exigibilidade – Locatário que renuncia a ela	281
	Casuística	281
	Seção IX	
Das nulidades		
Art. 45		
	119. Cláusulas nulas	284
	120. Cláusulas que não podem ser tidas por nulas	287
	121. A cobrança das "luvas"	287

Casuística

Capítulo II DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Seção I Da locação residencial

	1000	
122.	Locação residencial – Extinção do contrato pelo término do seu prazo	294
123.	Aluguéis durante a ação de despejo	296
124.	Locação residencial – Denúncia vazia	296
125.	Locação residencial e comercial (locação mista)	298
Casu	ústica	299
	Art. 47	
126.	Locação residencial verbal ou por prazo inferior a 30 meses	304
127.	Retomada no caso de descumprimento de acordo	304
128.	Retomada por extinção do contrato de trabalho	304
129.	Retomada para uso próprio	305
130.	Retomada para uso próprio – Falecimento do retomante	307
131.	Retomada para uso de ascendente ou descendente	308
132.	Retomada para uso de neto	311
133.	Retomada para reformas no imóvel	311
134.	Retomada de prédio locado há mais de cinco anos	312
135.	Retomada – Ônus da prova	313
136.	Retomada – Uso próprio – Locador que reside em prédio de que é coproprietário	314
137.	Retomada para uso próprio de pessoa jurídica	315
138.	Retomada de imóvel destinado à moradia de zelador de edifício em condomínio	315
139.	Retomada – Uso próprio – Retomante que já pediu o imóvel anteriormente	316
140.	Retomada – Ascendente ou descendente que reside em prédio pró- prio	317



141.	Retomada – Necessidade de o autor provar que é o proprietário do imóvel	317
142.	Retomada para ascendente ou descendente – Petição inicial – Caso de inépcia	319
143.	Retomada ajuizada por espólio	319
Casu	ística	320
	Seção II Da locação para temporada	
	Art. 48	
144.	Locação para temporada – Considerações	329
Casu	ística	330
	Art. 49	
145.	Locação para temporada – Recebimento antecipado dos aluguéis	331
	Art. 50	
146.	Locação para temporada que passa a residencial por tempo indeterminado	332
147.	Locação para temporada – Ilegalidade de contratos sucessivos	332
	Seção III Da locação não residencial	
	Art. 51	
148.	Locação não residencial	334
149.	A soma do tempo de contratos escritos	335
150.	Prova do exercício do mesmo ramo nos últimos três anos	337
151.	Ação renovatória – Quem pode ser autor	339
152.	Renovatória – Legitimidade ativa do locatário e da sociedade de que faça parte	341
153.	Renovatória – Legitimidade ativa de sociedades civis com fins lucrativos	342
154.	Renovatória – Ilegitimidade ativa se não há fundo de comércio	344
155.	Renovatória – Quem pode ser réu	344
***	BDJur http://doigur.si.gov.hr	

156.	Renovatória – Prazo de sua propositura	344
Casu	ústica	349
	Art. 52	
157.	Renovatória – Locador que necessita do imóvel para realizar obras determinadas pelo Poder Público ou que aumentem o valor do prédio	358
158.	Renovatória – Locador que necessita do imóvel para realizar obras que aumentem o valor do negócio	360
159.	Renovatória – Caso de retomada por locador que já participou da sociedade locatária	361
160.	Renovatória – Retomada do prédio para uso próprio do locador	362
161.	Renovatória – Retomada para uso do prédio pelo cônjuge, ascendente ou descendente do locador	364
162.	Renovatória – Indenizações a que tem direito o locatário	366
163.	Renovatória – Mudança do locatário – Despesas	367
Casu	ústica	368
	Art. 53	
164.	Rescisão do contrato, sendo locatário hospital, unidade de saúde, asilo, estabelecimento de saúde, de ensino e entidade religiosa	373
165.	Retomada no caso de reforma e construção, sendo locatária uma dessas instituições	374
166.	Unidades sanitárias e estabelecimentos de saúde – Abrangência da proteção legal	376
Casu	ística	377
	Art. 54	
167.	Locação de lojas ou espaços em shopping centers	380
168.	Locação em shopping center – Aluguel	385
169.	Locação em <i>shopping center</i> – Sujeição aos procedimentos da Lei 8.245/1991	385
170.	Cessão temporária de espaço (stand) em shopping center	386
171.	Locação em shopping center – Despesas ditas condominiais	387
	ística	389

172. Locação não residencial de prédio residencial	389
173. Locação não residencial de prédio residencial – Vantagens	392
Casuística	392
Art. 56	
174. Locação não residencial – Extinção do contrato pelo término do seu prazo	394
175. Locação não residencial – Cláusula de prorrogação automática	395
Casuística	396
Art. 57	
176. Locação não residencial – Denúncia vazia	398
177. Locação não residencial – Denúncia vazia – Notificação	399
Casuística	400
TÍTULO II	
DOS PROCEDIMENTOS	
Capítulo I	
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	
Art. 58	
178. Ações relativas a locação e as férias forenses	404
179. Ações relativas a locação – Foro competente	405
180. Ações relativas a locação – Valor da causa	406
181. Ações relativas a locação – Atos de comunicação ou de ciência	408
182. Ações relativas a locação – Recursos e seus efeitos	410
Casuística	411
Capítula II	
Capítulo II DAS AÇÕES DE DESPEJO	
Art. 59	
183. Concessão de liminar em despejo	422
184. Liminar no caso de descumprimento de acordo	423

185.	Liminar no caso de rescisão do contrato de trabalho do locatário que usa imóvel da empregadora	42
186.	Liminar no caso de locação para temporada	42
	Liminar no caso de morte do inquilino	42
	Liminar contra sublocatário	42
189.	Liminar no caso de necessárias reparações urgentes no imóvel	42
190.	Liminar no caso de não apresentação de nova garantia contratual	42
191.	Liminar no caso de término da locação não residencial	42
192.	Liminar no caso de falta de pagamento de aluguel, estando o contrato	
	sem garantia	4.
193.	Sublocatário – Ciência do despejo	4
194.	Tutela antecipada nas ações locatícias	4
Casu	ística	4.
	Art. 60	
105	Ações de despejo – Prova de que o locador é titular do domínio do	
17).	imóvel ou de compromisso registrado	4
	Art. 61	
196.	Ações de despejo - Concordância do réu com o pedido - Conse-	
	quências	4
Casu	ística	4
	Art. 62	
197.	Ação de despejo por falta de pagamento – Considerações gerais	4
198.	Ação de despejo – Cumulação com cobrança de aluguéis também contra o fiador	4
199.	Ação de despejo por falta de pagamento – Discriminação do débito	4
	A prescrição da pretensão relativa a aluguéis	4
	Ação de despejo por falta de pagamento – Levantamento da impor-	**
	tância incontroversa	4
202.	Ação de despejo por falta de pagamento – Depósito e levantamento dos aluguéis que se forem vencendo	4
203.	Ação de despejo por falta de pagamento – Purgação da mora e contestação	4
**	BDJur http://dojustsj.gov.br	

de aluguéis – Existência de contrato escrito
205. Ação de despejo por falta de pagamento – Impossibilidade de purgação da mora
Casuística
Art. 63
206. Ações de despejo procedentes – Prazos de desocupação
207. Ações de despejo – Ônus sucumbenciais e caução
Casuística
Art. 64
208. Ações de despejo em que se exige caução para a execução provisória da sentença
209. Ações de despejo – Reforma da sentença de procedência – Consequências
Casuística
Art. 65
210. Ações de despejo procedentes – Desocupação findo o seu prazo – Providências
211. Ações de despejo – Desocupação do imóvel – Despesas com a retirada de bens do locatário, quando este não a promove
Art. 66
212. Ação de despejo – Imóvel abandonado – Imissão na posse
213. Ação de despejo – Abandono do imóvel antes da citação – Processo extinto
214. Ação de despejo – Abandono do imóvel após a sentença – Imissão na posse
Casuística
Capítulo III
DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO DE ALUGUEL E ACESSÓRIOS DA LOCAÇÃO
Art. 67
215. Ação de consignação em pagamento – Considerações
BDJur http://ofjur.sij.gov.br

	Ação de consignação em pagamento – Partes legítimas
217.	Ação de consignação em pagamento - Casos
218.	Ação de consignação de chaves
219.	Ação de consignação em pagamento – Autor que deixa de fazer o depósito
220.	Ação de consignação em pagamento – Depósito dos aluguéis vincendos
221.	Ação de consignação em pagamento – Contestação
222.	Ação de consignação em pagamento - O que nela se pode discutir
223.	Ação de consignação em pagamento – Prazo da contestação
224.	Ação de consignação em pagamento – Reconvenção
225.	Ação de consignação em pagamento – Complementação do depósito inicial
226.	Ação de consignação em pagamento - Alterações procedimentais
227.	Depósito extrajudicial, em estabelecimento bancário
Casu	ústica
	DAAÇÃO REVISIONAL DE ALUGUEL Art. 68
	Art. 00
228.	
	Ação revisional de aluguel – Partes legítimas
229.	Ação revisional de aluguel – Partes legítimas
229. 230.	Ação revisional de aluguel – Partes legítimas
229.230.231.	Ação revisional de aluguel – Partes legítimas
229.230.231.232.	Ação revisional de aluguel – Partes legítimas
229.230.231.232.233.234.	Ação revisional de aluguel – Partes legítimas
229.230.231.232.233.234.	Ação revisional de aluguel – Partes legítimas
229.230.231.232.233.234.235.	Ação revisional de aluguel – Partes legítimas
229.230.231.232.233.234.235.236.	Ação revisional de aluguel – Partes legítimas
229.230.231.232.233.234.235.236.	Ação revisional de aluguel – Partes legítimas
229.230.231.232.233.234.235.Casu	Ação revisional de aluguel – Partes legítimas

238. Ação revisional de aluguel – Alteração da periodicidade de reajuste e do seu índice	559
Casuística	560
for 70	
Art. 70	
239. Ação revisional de aluguel – Possibilidade de acordo para desocupação do imóvel	562
Capítulo V	
DA AÇÃO RENOVATÓRIA	
Art. 71	
240. Ação renovatória – Considerações	564
241. Ação renovatória – Contrato e seu cumprimento	565
242. Ação renovatória – Purgação da mora no curso do contrato a renovar	566
243. Ação renovatória – Indicação das condições para a renovação do	
contrato	568
244. Ação renovatória – Indicação do aluguel e reajustes	569
245. Ação renovatória – Prova de que o autor é cessionário ou sucessor	~70
no negócio e na locação	570
246. Ação renovatória – Indicação de fiador, e sua aceitação em prestar a garantia	572
247. Ação renovatória – Desnecessário registro da sentença de renovação	J
judicial anterior	573
Casuística	574
Art. 72	
248. Ação renovatória – Contestação e revelia	582
249. Ação renovatória – Defesas cabíveis	583
250. Ação renovatória – Locador que tem melhor proposta de terceiro	585
251. Ação renovatória – Contestação – Contraproposta de aluguel	586
252. Ação renovatória – Contestação apenas quanto ao valor do aluguel	
proposto	587
253. Ação renovatória – Contestação – Pedido de alteração da periodici-	
dade do reajuste e do seu índice	587
254. Ação renovatória – Contestação – Pedido de aluguel provisório	588
BDJur http://doi.ust.gov.hr	

255.	Ação renovatória – Perícia de arbitramento do aluguel para a renovação	591
Casu	ística	592
	Art. 73	
256		598
	Ação renovatória procedente – Diferenças de aluguéis – Execução. Ação renovatória – Possibilidade de haver diferenças de aluguel, mesmo não renovada a locação	599
Casu	ística	599
	Art. 74	
250		
258.	Ação renovatória – Improcedência ou carência – Prazo de desocupação do imóvel	600
259.	Ação renovatória – Carência – Consequências	603
260.	Ação renovatória – Ônus sucumbenciais	604
Casu	ística	60
	Art. 75	
261.	Ação renovatória – Improcedência em razão de melhor proposta de terceiro – Indenização	608
Casu	ística	609
	TÍTULO III	
	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	
	Art. 76	
262.	Processos pendentes ao entrar em vigor esta Lei	610
263.	Leis aplicáveis aos processos pendentes	612
Casu	ística	613
	Art. 77	
264	Locações residenciais anteriores à presente Lei	620
207.	Locações residenciais anteriores a presente Lei	020
	Art. 78	
265.	$Locações\ residenciais\ anteriores-Possibilidade\ de\ denúncia\ vazia\$	62
Casu	ística	622
15	Phlue	

266.	Aplicação subsidiária de outras leis	632
Casu	uística	632
	Art. 80	
267.	Ações de despejo – Causas de menor complexidade	633
	Art. 81	
268.	Contrato de locação – Sua averbação e registro no Cartório de Imóveis	638
	Art. 82	
	Penhorabilidade do bem de família do fiador Penhorabilidade do bem de família do fiador por dívidas do locatário anteriores à atual Lei do Inquilinato	639 642
271.	Impenhorabilidade do bem de família do locatário	643
Casu	uística	645
	Art. 83	
272.	Locatário pode votar sobre despesas condominiais não extraordinárias	653
	Art. 84	
273.	Contrato de locação anterior a esta lei – Validade do seu registro	656
	Art. 85	
274.	Imóveis novos – Ampla liberdade de fixar aluguel e condições, assim também se o contrato for celebrado após cinco anos da presente lei	657
Casu	uística	657
	Art. 86	
275.	Locação social	658
	Art. 87 (Vetado.)	
	~ . - •	

Art. 88 (Vetado.)

	Art. 90
277.	Leis revogadas
BIBL	IOGRAFIA
APÊ	NDICE
1.	Lei 8.245, de 18.10.1991 – Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes
2.	Lei 8.494, de 23.11.1992 – Dispõe sobre a extinção do Índice de Salários Nominais Médios e o reajuste dos contratos de locação residencial, e dá outras providências
3.	Lei 8.880, de 27.05.1994 – Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor – URV e dá outras providências
4.	Lei 9.256, de 09.01.1996 – Altera o caput do art. 53 e o § 3.° do art. 63 da Lei 8.245, de 18.10.1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes
5.	Lei 9.267, de 25.03.1996 – Altera a redação do § 4.º do art. 24 da Lei 4.591, de 16.12.1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias
6.	Lei 10.192, de 14.02.2001 – Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências
7.	Lei 10.931, de 02.08.2004 – Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Declei 911, de 1.°.10.1969, as Leis 4.591, de 16.12.1964, 4.728, de 14.07.1965, e 10.406, de 10.01.2002, e dá outras providências
8.	Lei 11.196, de 21.11.2005 – Institui o REPES, o RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera () a Lei 8.245, de 18.10.1991 ()
9.	Lei 12.112, de 09.12.2009 – Altera a Lei 8.245, de 18.10.1991, para aperfeiçoar as regras e procedimentos sobre locação de imóvel ur-
10	bano
	Súmulas do Supremo Tribunal Federal
10. 11.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça

55

SUMÁRIO

13.	Súmulas do extinto 2.º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo	782
14.	Súmula do Tribunal de Justiça de Santa Catarina	783
15.	Súmulas do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	783
16.	Súmulas do extinto Tribunal de Alçada Civil do Rio de Janeiro	783
17.	Súmula do extinto Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul	783
18.	Enunciados do extinto 2.º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo	784
19.	Enunciados da Corregedoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro	787
20.	Circular SUSEP 347, de 27.06.2007 – Disponibiliza no sítio da SUSEP as condições contratuais do plano padronizado para o seguro de fiança locatícia de imóveis urbanos e estabelece as regras mínimas para a comercialização deste seguro	788
21.	Resolução CNSP 202, de 22.12.2008 – Fixa as características gerais dos contratos de seguro de fiança locatícia e revoga a Resolução CNSP 14/79	790
22.	Instrução CVM 432, de 1.º.06.2006 – Dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento dos fundos de investimento destinados à garantia de locação imobiliária e a cessão fiduciária, em garantia de locação imobiliária, de cotas de emissão de outros fundos de investimento	791
23.	Parecer 78/2006-E – Aprovado pela Corregedoria Geral da Justiça	
	de São Paulo	793

OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....

